
UM PRIMEIRO OLHAR SOBRE O CICLO DE PREMIAÇÃO 1998

*Ricardo Ernesto Vasquez Beltrão, Marta Ferreira Santos Farah e Patrícia Laczynski
(Membros da Equipe de Coordenação do Programa GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA)*

O 3º Ciclo de Premiação do Programa **GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA**, realizado em 1998, contou com a participação de 631 programas, projetos ou atividades inscritos por instituições públicas estaduais, municipais ou por organizações próprias dos povos indígenas. Considerado o conjunto dos três primeiros Ciclos de Premiação, o Banco de Dados do Programa já dispõe de nada menos que 1.557 iniciativas. Este dado evidencia, de forma inequívoca, a vitalidade dos níveis subnacionais de governo na busca pela inovação e, principalmente, a busca pela participação no debate público mais amplo a partir da procura de canais que disseminem o que está efetivamente sendo feito pelo país afora para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos brasileiros.

Evolução do número de iniciativas inscritas

O primeiro aspecto a destacar refere-se ao crescimento de 112,5% no número de inscrições em relação ao ocorrido em 1997 (297 inscrições), sobretudo se lembrarmos que neste ano o número de inscrições havia sofrido uma queda bastante significativa comparativamente ao 1º Ciclo de Premiação, realizado em 1996 (629 inscrições). Esta evolução no número de total inscrições a cada ano tende a confirmar a hipótese da influência do calendário eleitoral sobre a quantidade de iniciativas remetidas ao Programa, hipótese esta relacionada ao fato de que em anos de eleições haveria "(...) maior interesse em obter reconhecimento e conferir visibilidade às iniciativas (...) desenvolvidas em nível local" (Farah & Beltrão, 1997, 7).

Ao mesmo tempo, uma primeira desagregação dos dados de acordo com os níveis de governo (Tabela I) sugere a relativização da importância do processo eleitoral como fator de influência sobre o número de iniciativas recebidas pelo Programa a cada ano. Se, por um lado, a comparação com 1996 (ano de eleições municipais) mostra uma participação mais significativa de iniciativas do nível estadual de governo em 1998 (ano de eleições estaduais), por outro, os números permitem perceber que mais de 2/3 do crescimento ocorrido no número

UM PRIMEIRO OLHAR SOBRE O CICLO DE PREMIAÇÃO 1998

de inscrições em relação a 1997 deve-se justamente ao nível municipal de governo. Assim é que, comparando-se o 2º e o 3º Ciclos de Premiação (respectivamente 1997 e 1998), nota-se um crescimento mais pronunciado das iniciativas protagonizadas por governos municipais (129,9%) do que daquelas enviadas pelos entes estaduais de governo (83,6%).

**TABELA I - DISTRIBUIÇÃO DOS PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES
POR NÍVEL DE GOVERNO NOS TRÊS CICLOS DE PREMIAÇÃO - 1996, 1997 E 1998**

nível de governo	total		1996		1997		1998	
	n.a.	(%)	n.a.	(%)	n.a.	(%)	n.a.	(%)
total	1.557	100,0	629	100,0	297	100,0	631	100,0
estadual ¹	480	30,8	134	21,3	122	41,1	224	35,5
municipal ²	1.062	68,2	488	77,6	174	58,6	400	63,4
indígena	15	1,0	7	1,1	1	0,3	7	1,1

(1) *Inclui iniciativas do Distrito Federal.*

(2) *Inclui iniciativas intermunicipais.*

Chama atenção também o reaparecimento das iniciativas das organizações próprias dos povos indígenas, cujo total de inscrições saltou de um para sete na comparação dos dois períodos assinalados. Neste caso, o maior esforço de divulgação do Programa junto a estas organizações, realizado em parceria com o Núcleo de Cultura Indígena, que incluiu a preparação de um folder com linguagem específica, e a introdução de um calendário "aberto" - quando o material remetido por estas organizações não alcança os prazos estabelecidos, a inscrição fica automaticamente validada para o Ciclo de Premiação do ano seguinte - ajudam a explicar esse crescimento do número de inscrições. Entretanto, mais do que a quantidade, vale destacar aqui a qualidade destas iniciativas: das sete inscritas, nada menos do que quatro foram indicadas pelo Comitê Técnico do Programa entre as 100 semifinalistas (passagem para a 2ª etapa do Ciclo de Premiação).

Ao que parece, dois outros fatores podem ajudar a melhor entender o crescimento do total de inscrições entre 1997 e 1998. Em primeiro lugar, a possibilidade de que muitas iniciativas iniciadas nas atuais gestões municipais pudessem ser inscritas, o que não ocorreu em 1997 pois o Programa exige o tempo mínimo de um ano de efetiva implementação para validar a inscrição. Um segundo fator explicativo deste crescimento é, certamente, o maior grau de conhecimento do próprio Programa **GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA** em nível nacional, o que pode ser confirmado, conforme veremos, pelo significativo aumento do

UM PRIMEIRO OLHAR SOBRE O CICLO DE PREMIAÇÃO 1998

número de entes federativos que enviaram material sobre os programas, projetos e atividades que vêm desenvolvendo. Vejamos com mais detalhe cada um destes aspectos.

Identificando um padrão de continuidade das políticas públicas

Com relação ao primeiro fator mencionado, é interessante observar que, de fato, das 400 iniciativas municipais inscritas em 1998, 183 (45,8%) tiveram início em 1997, evidenciando que o menor número de inscrições observado no 2º Ciclo de Premiação (1997) esteve diretamente relacionado à impossibilidade de órgãos municipais de governo inscreverem programas, projetos e atividades implementados na atual período de gestão (1997-2000).

**TABELA II - PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES INSCRITOS POR NÍVEL DE GOVERNO
SEGUNDO O PERÍODO DE IMPLEMENTAÇÃO - CICLOS DE PREMIAÇÃO 1997 E 1998 (*)**

GESTÃO GOVERNAMENTAL RESPONSÁVEL PELA INSCRIÇÃO	ANO DO CICLO DE PREMIAÇÃO E NÍVEL DE GOVERNO								
	TOTAL			1997			1998		
	total	esta- dual	muni- cipal	total	esta- dual	muni- cipal	total	esta- dual	muni- cipal
TOTAL	920	349	571	296	125	171	624	224	400
gestão atual ⁽¹⁾	428	245	183	85	85	-- ⁽²⁾	343	160	183
gestão antecessora ⁽³⁾	358	67	291	159	30	129	199	37	162
antes da gestão antecessora ⁽⁴⁾	134	37	97	52	10	42	82	27	55
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
gestão atual ⁽¹⁾	46,5	70,2	32,0	28,7	68,0	-- ⁽²⁾	55,0	71,4	45,8
gestão antecessora ⁽³⁾	38,9	19,2	51,0	53,7	24,0	75,4	31,9	16,5	40,5
antes da gestão antecessora ⁽⁴⁾	14,6	10,6	17,0	17,6	8,0	24,6	13,1	12,1	13,7

(*) Não inclui iniciativas protagonizadas por organizações próprias dos povos indígenas.
 (1) Para os governos estaduais, quadriênio 1995-1998; para os municipais, 1997-2000.
 (2) Não se aplica porque o Programa exige 1 ano de efetivo funcionamento.
 (3) Para os governos estaduais, quadriênio 1991-1994; para os municipais, 1993-1996.
 (4) Para os governos estaduais, até 1990; para os municipais até 1992.

Ao mesmo tempo que os dados apresentados na tabela II clarificam a referida influência do calendário eleitoral no aumento das inscrições em 1998, eles demonstram que grande parte das iniciativas inscritas nos dois últimos Ciclos de Premiação (não foi possível levantar os dados para 1996) foram efetivamente implementadas por governos anteriores àqueles responsáveis pelas mesmas inscrições. Do total de 920 iniciativas inscritas em 1997 e 1998 (não estão contabilizadas aquelas protagonizadas por organizações indígenas), 492 (53,5%) foram implementadas por gestões antecessoras, sendo que, destas, nada menos que 134 (14,6% do total) já haviam sido iniciadas mesmo antes da gestão imediatamente anterior,

ou seja, permaneciam em funcionamento por pelo menos três ou mais gestões governamentais consecutivas. Assim, ainda que os dados a respeito da "idade" das iniciativas apresentados na tabela II devam ser analisados com certa cautela, pois o Programa **GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA** é bastante jovem e sequer viveu um ciclo eleitoral completo, o que dificulta conclusões mais sólidas, eles parecem bastante ilustrativos de que as ações de governos subnacionais consideradas como inovadoras pelos seus gestores públicos não são sempre, necessariamente, aquelas iniciadas nos próprios governos dos quais fazem parte.

Por outro lado, estes percentuais são bastante diferenciados quando comparamos os níveis estadual e municipal de governo. Enquanto que entre as 349 iniciativas inscritas por governos estaduais apenas 104 (29,8%) foram "herdadas" de gestões anteriores, no caso do nível municipal este percentual é muito mais significativo, pois de 571 programas, projetos ou iniciativas inscritas, nada menos que 388 (68,0%) haviam sido implementadas por governos antecessores. Consideradas apenas as 195 iniciativas estaduais e municipais semifinalistas nos mesmos dois anos, estes mesmos percentuais são ainda mais distantes entre si: 30,3% e 81,1%, respectivamente.

É evidente que esta divergência nos resultados observados para os dois níveis subnacionais de governo se deve, em grande parte, ao fato de que 1997 e 1998 corresponderam, para os governos municipais que inscreveram iniciativas nos dois Ciclos de Premiação, à primeira metade de suas gestões, dificultando que remetessem material relativo às iniciativas por eles próprios implementadas. Já no caso dos governos estaduais, ocorreu justamente o contrário, pois estes mesmos dois anos foram os da segunda metade das gestões do período 1995-1998. É provável que esta diferença se reduza com as inscrições nos próximos Ciclos de Premiação (1999 e 2000), quando será possível tirar conclusões mais sólidas a respeito.

De qualquer forma, os dados apresentados na tabela II podem ser indicativos da emergência de um padrão de continuidade das políticas públicas implementadas por gestões anteriores nos níveis subnacionais de governo no Brasil. Estes dados são coerentes com os resultados obtidos em estudo realizado em 1997 - ou seja, após a mudança de governos resultante das eleições municipais de 1996 - por Spink, Clemente & Keppke (1999) junto a 274 programas, projetos ou atividades entre os inscritos no Ciclo de Premiação de 1996. O levantamento apurou que nada menos que 88% deles haviam "sobrevivido" no governo

UM PRIMEIRO OLHAR SOBRE O CICLO DE PREMIAÇÃO 1998

seguinte, cabendo frisar que, em metade destes casos, havia ocorrido, inclusive, mudança no partido político no poder.

De forma convergente a esta tendência, os dados acima apresentados podem ser a primeira evidência numérica de que a idéia de "inovação" não seja, para significativa parcela dos governos subnacionais, interpretada simplesmente como "nova iniciativa", mas sim prestação de serviços públicos com inclusão cidadã e com melhor utilização dos recursos públicos disponíveis. É provável que esteja se configurando mais claramente a noção de que para criar o novo não é necessário "reinventar a roda", mas simplesmente ampliar espaços de ação e melhorar ou corrigir rotas do que já vinha, desta ou daquela forma, sendo feito.

Maior grau de difusão do Programa junto aos governos subnacionais

Com relação ao segundo fator acima mencionado como importante para melhor compreensão do crescimento do número de iniciativas recebidas pelo Programa **GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA** em 1998, ou seja, o maior grau de difusão deste junto aos governos subnacionais brasileiros, os dados mostram que, considerando-se o conjunto de localidades das quais as inscrições são provenientes, a comparação entre 1997 e 1998 apresenta um salto de 106 para nada menos que 208 localidades representadas, ou seja, um crescimento de 96,2%. Cabe esclarecer que, para este cálculo, as iniciativas estaduais são consideradas do ponto de vista de sua abrangência geográfica, pois é necessário diferenciar aquelas que são desenvolvidas por órgão público estadual em apenas uma cidade ou região específica das que, de fato, dizem respeito ao Estado por inteiro.

Deve ser acrescentado que, destas 208 localidades, nada menos que 128 (61,5%) não haviam participado em nenhum dos dois Ciclos de Premiação anteriores (1996 e 1997). Esta "taxa de renovação" das localidades inscritas é expressiva não apenas por si só, mas também por ser superior à verificada em 1997, quando do total de 106 localidades inscritas, 60 (56,6%) não haviam realizado inscrição no Ciclo de 1996. Esta diferença é ainda mais significativa porque a base para comparação de 1998 agrega os números dos dois primeiros Ciclos de Premiação, ao passo que a de 1997 é comparável apenas ao ano de 1996. É importante destacar que, ao longo dos três Ciclos de Premiação já realizados, o Programa **GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA** já reuniu material relativo a iniciativas desenvolvidas em 360 diferentes localidades.

UM PRIMEIRO OLHAR SOBRE O CICLO DE PREMIAÇÃO 1998

Outra evidência no sentido do maior grau de difusão do Programa diz respeito à consolidação do índice de desconcentração do número médio de inscrições por localidade representada, que havia caído de 3,7 para 2,8 entre 1996 e 1997, e praticamente estabilizou-se em 1998, quando esta média foi 3,0 (631 inscrições provenientes de 208 diferentes localidades). Esta maior desconcentração refletiu-se também no total de localidades representadas entre as 100 iniciativas classificadas como semifinalistas, que ampliou-se de 61 (número que se repetiu de 1996 para 1997) para 70 localidades em 1998.

Ainda com relação às localidades representadas, a tabela III compara, com base no número de habitantes, os conjuntos daquelas que enviaram material nos dois últimos Ciclos de Premiação. Note-se que, de um ano para o outro, o crescimento mais acentuado no número de inscrições se verificou entre as cidades com até 20 mil habitantes (aumento de 258,3%), resultado que parece indicar a penetração do Programa em locais onde tende a haver maior dificuldade de fazer chegar a informação.

TABELA III - DISTRIBUIÇÃO DAS LOCALIDADES ONDE SÃO DESENVOLVIDAS AS INICIATIVAS INSCRITAS, POR INTERVALOS DE NÚMERO DA HABITANTES, SEGUNDO NÍVEIS DE GOVERNO - CICLOS DE PREMIAÇÃO 1997 E 1998

número de habitantes (em milhares)	1997						1998					
	total		estaduais ⁽¹⁾		municipais ⁽²⁾		total		estaduais ⁽¹⁾		municipais ⁽²⁾	
	n.a.	(%)	n.a.	(%)	n.a.	(%)	n.a.	(%)	n.a.	(%)	n.a.	(%)
TOTAL	106	100,0	38	35,8	68	64,2	208	100,0	62	29,8	146	70,2
até 20	12	11,3	2	1,9	10	10,4	43	20,7	8	3,8	35	16,8
+ de 20 até 50	14	13,2	2	1,9	12	11,3	27	13,0	4	1,9	23	11,1
+ de 50 até 100	18	17,0	2	1,9	16	15,1	35	16,8	7	3,4	28	13,5
+ de 100 até 200	12	11,3	1	0,9	11	10,4	25	12,0	7	3,4	18	8,7
+ de 200 até 500	18	17,0	6	5,7	12	11,3	30	14,4	7	3,4	23	11,1
+ de 500 até 1.000	7	6,6	3	2,8	4	3,8	11	5,3	5	2,4	6	2,9
+ de 1.000 até 5.000	14	13,2	12	11,3	2	1,9	20	9,6	12	5,8	8	3,8
+ de 5.000 até 10.000	7	6,6	6	5,7	1	0,9	9	4,3	7	3,4	2	1,0
+ de 10.000	4	3,8	4	3,8	--	--	4	1,9	4	1,9	--	--
sem informação	--	--	--	--	--	--	4	1,9	1	0,5	3	1,4

(1) Inclui iniciativas interestaduais e do Distrito Federal. No caso de iniciativas estaduais de alcance municipal ou regional foi considerado o contingente populacional da localidade onde é desenvolvido o programa, projeto ou atividade.

(2) Inclui iniciativas intermunicipais e organizações próprias dos povos indígenas.

Mais importante do que isso, este indicador permite também levantar a hipótese de que a busca de inovação talvez esteja ocorrendo de forma cada vez mais acentuada em pequenas localidades. Se confirmado este movimento - o que exigiria pesquisa mais

UM PRIMEIRO OLHAR SOBRE O CICLO DE PREMIAÇÃO 1998

aprofundada -, esta seria mais uma evidência da importância da descentralização das políticas públicas para os níveis subnacionais de governo na obtenção de ampliação e melhoria de qualidade dos serviços prestados aos cidadãos no país.

Distribuição geográfica das iniciativas inscritas

As cidades que mais se destacaram quanto ao número de iniciativas municipais ou estaduais com abrangência local enviadas foram Porto Alegre / RS (30 inscrições), São Paulo / SP (20), Belo Horizonte / MG (18), Bauru / SP (13), Chapecó / SC (13), Santo André / SP (13), Vitória / ES (13), Campo Mourão / PR (12), Uberlândia / MG (12), Juiz de Fora / MG (11), Santos / SP (11), Fortaleza / CE (10), Araraquara / SP (9), Jundiaí / SP (9), Rio de Janeiro / RJ (9), Volta Redonda / RJ (9), Ribeirão Pires / SP (8), Angra dos Reis / RJ (7), Franca / SP (6) e Vargem Alta / ES (6).

Na outra ponta, 113 diferentes localidades inscreveram apenas uma iniciativa cada, outras 22 inscreveram duas, e 14 localidades inscreveram três iniciativas cada, totalizando 199 inscrições. O que chama atenção neste caso é que deste conjunto de 199 inscrições (31,5% do total), 39 foram classificadas entre as 100 semifinalistas (39,0% do total), das quais nada menos que dez estiveram entre os 20 finalistas (50,0% do total), sendo que destas, três estiveram representadas entre os cinco destaques (60,0% do total) indicados pela Comissão Julgadora no evento de encerramento do Ciclo de Premiação 1998. Estes dados evidenciam que, proporcionalmente, as localidades que inscreveram menor número de iniciativas foram "mais eficazes" em termos de indicação em cada uma das diversas etapas classificatórias.

Isto sugere que, em grande parte das localidades, pode estar ocorrendo um processo de "pré-seleção" das iniciativas a serem inscritas no Programa. Ou seja, em muitos casos, pode estar sendo remetido, por preferência, apenas o material relativo àquelas iniciativas que os gestores considerem com maiores possibilidades de obtenção de reconhecimento como bons exemplos de inovação. A rigorosa preocupação dos gestores com o conteúdo do material remetido seria assim um indicativo de que a qualidade das iniciativas tem prevalecido, em ampla medida, como o principal critério adotado para o envio de inscrições ao Programa. Se isto for verdade, não é absurdo supor que a inovação possa estar ocorrendo muito mais freqüentemente do que o Programa tem sido capaz de captar, o que é bastante positivo.

UM PRIMEIRO OLHAR SOBRE O CICLO DE PREMIAÇÃO 1998

Apesar da desconcentração em termos do número de municípios representados, do ponto de vista da distribuição regional das iniciativas inscritas e das semifinalistas o Ciclo de Premiação 1998 apresentou, na comparação com 1997, uma reconcentração nas regiões Sul e Sudeste (tabela IV).

**TABELA IV - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS INSCRITOS E DOS SEMIFINALISTAS
- CICLOS DE PREMIAÇÃO 1996, 1997 E 1998 (em %)**

REGIÕES	INSCRITOS				SEMIFINALISTAS				
	total	1996	1997	1998	total	1996	1997	1998	
BRASIL.	(n.a.)	1.557	629	297	631	300	100	100	100
	(%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
NORTE		3,3	2,7	3,0	4,1	7,3	6,0	7,0	9,0
NORDESTE		11,7	9,9	20,2	9,5	13,6	14,0	17,0	10,0
SUDESTE		53,1	60,7	40,4	51,3	47,3	53,0	39,0	50,0
SUL		23,4	21,3	20,9	26,6	21,3	19,0	23,0	22,0
CENTRO-OESTE		8,4	5,1	15,5	8,4	10,3	8,0	14,0	9,0
+ DE 1 REGIÃO		0,1	0,3	--	--	--	--	--	--

Enquanto a participação da Região Norte apresentou crescimento, houve decréscimo do Centro-Oeste (neste caso, principalmente pela queda do número de inscrições do Distrito Federal), e uma queda acentuada na participação da Região Nordeste, que apresentou este ano o menor percentual de inscrições desde o início do Programa, em 1996. Nesta região verificou-se, para todos os nove Estados, queda na participação relativa no conjunto das inscrições quando a comparação é feita com o Ciclo de Premiação 1997. Chama atenção ainda que estão localizados nesta região os dois únicos estados dos quais o Ciclo de Premiação 1998 não recebeu nenhuma inscrição (Alagoas e Rio Grande do Norte), além de Sergipe, representado com apenas uma iniciativa. Os destaques positivos em termos de quantidade de inscrições foram o Ceará (24) e Pernambuco (13).

Por outro lado, é bastante positivo que tenham chegado inscrições de todos os Estados das demais regiões, entre as quais sete de Roraima e seis do Amapá, na Região Norte. No caso da região Centro-Oeste cabe destacar a melhor distribuição no número de inscrições comparativamente ao ano anterior, pois em 1998 foram recebidas 27 do Distrito Federal, 11 do Mato Grosso do Sul, oito do Mato Grosso e sete de Goiás. Além do Espírito Santo, com 26

UM PRIMEIRO OLHAR SOBRE O CICLO DE PREMIAÇÃO 1998

iniciativas inscritas, no Sudeste e no Sul estão os seis Estados dos quais o Ciclo de Premiação 1998 mais recebeu material, a saber: São Paulo (182 inscrições), Minas Gerais (71), Rio Grande do Sul (69), Paraná (59), Rio de Janeiro (45) e Santa Catarina (40).

A comparação entre 1996 e 1998, anos nos quais praticamente ocorreu o mesmo número de inscrições, demonstra que, para o conjunto das 27 unidades da federação - 26 Estados e Distrito Federal -, no 3º Ciclo de Premiação ocorreu distribuição mais equilibrada em termos de procedência das iniciativas. Para 13 unidades aumentou a participação relativa no número total de inscrições, em dez casos a participação diminuiu, e em quatro casos a participação relativa permaneceu idêntica. Consideradas apenas as cinco unidades da federação com mais iniciativas inscritas no Ciclo de Premiação 1998, elas concentraram 67,5% do total de inscrições, percentual maior do que o observado em 1997 (58,6%), mas inferior ao ocorrido em 1996 (75,6%).

Esta melhor distribuição comparativamente a 1996 pode ser observada também pela queda do total de iniciativas procedentes de Minas Gerais. Ainda que tenha permanecido como o Estado que teve o segundo maior número de inscrições em 1998 (71), este total foi apenas a metade do ocorrido no 1º Ciclo de Premiação, realizado em 1996 (142 inscrições).

A análise da distribuição dos 100 semifinalistas entre as diversas regiões (tabela IV), mostra que em 1998 esta amostra espelhou com bastante fidelidade o número total de inscrições, com pequena variação para mais na Região Norte e para menos na Região Sul. Ainda assim, a proporcionalidade entre o total de inscrições e o de semifinalistas, consideradas as regiões, foi maior em 1998 do que nos dois Ciclos anteriores.

É interessante observar também que, para o conjunto dos três anos, 76,4% das iniciativas inscritas são provenientes dos sete Estados do eixo Sudeste-Sul, enquanto as outras 23,6% foram enviadas por governos estaduais, municipais ou por organizações próprias dos povos indígenas dos demais Estados da federação. Considerado apenas o conjunto das 300 iniciativas classificadas como semifinalistas nos três Ciclos de Premiação, esta distribuição se altera: 68,7% são do Sudeste e Sul e 31,3% são das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país. Visto de outra forma, o "melhor desempenho" do conjunto das últimas regiões em termos de classificação para as etapas subseqüentes nos três Ciclos de Premiação pode ser ilustrado pela proporção entre o total de iniciativas inscritas e o total de semifinalistas

provenientes de cada região: se, para o conjunto do país este percentual é de 19,3% (ou seja, 300 semifinalistas entre 1557 inscrições válidas), na Região Norte ele chega a 42,3%, sendo 23,7% para as iniciativas oriundas do Centro-Oeste e 23,1% para as do Nordeste, enquanto que estes índices são bastante inferiores nas regiões Sul (17,3%) e Sudeste (17,2%).

Com relação a este aspecto, cabe destacar que o desempenho bastante positivo da Região Norte entre os semifinalistas em termos de proporcionalidade em relação ao número de inscrições pode ser, em parte, creditado à qualidade das iniciativas desenvolvidas por organizações próprias dos povos indígenas, com atuação concentrada nesta região do país. Das 15 iniciativas inscritas nos três Ciclos de Premiação por estas organizações, nada menos que sete classificaram-se entre as semifinalistas. Destas, quatro estiveram entre as finalistas e uma delas foi destaque (em 1998), sendo que seis delas são provenientes de localidades da Região Norte e uma do Mato Grosso.

Distribuição segundo as áreas de ação governamental

Finalmente, cabe analisar de forma sintética alguns indicadores acerca das áreas de ação governamental das iniciativas inscritas no Ciclo de Premiação 1998, tecendo algumas comparações com os anos anteriores.

O primeiro ponto que chama atenção é que, das 46 áreas indicadas pelo Programa **GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA** (ver quadro II, na p.23) para que as iniciativas possam ser catalogadas pelos próprios responsáveis pelas inscrições, em apenas três delas ("telecomunicações", "prevenção de acidentes em áreas de risco", e "previdência social") não foram recebidas inscrições. Na área de telecomunicações, esta ausência pode decorrer da forte predominância da atuação do governo federal neste setor. Na área de prevenção de acidentes em áreas de risco, embora o Ciclo de Premiação 1998 não tenha recebido nenhuma inscrição, há várias iniciativas em áreas afins como "urbanismo, uso e ocupação do solo" e "habitação" que trabalham esta problemática. O mesmo ocorre no caso da previdência social já que existem iniciativas desenvolvidas por órgãos municipais e estaduais responsáveis por esta área de atuação, mas indicadas pelos responsáveis pelo envio do material de inscrição em áreas como "formas de gestão e planejamento", "sistemas de informação" e "idoso".

Assim, pode-se afirmar que neste ano o Programa praticamente reuniu material em

UM PRIMEIRO OLHAR SOBRE O CICLO DE PREMIAÇÃO 1998

todas as áreas de ação governamental nas quais os governos subnacionais têm competência para atuar. Se este resultado se deve, em parte, ao reforço do trabalho de divulgação realizado de forma mais dirigida às instituições governamentais gestoras de algumas áreas que estiveram praticamente ausentes nos dois primeiros Ciclos de Premiação, ele parece indicar, de qualquer forma, que a busca de inovação está se generalizando, seja sob a perspectiva de um recorte setorial ou de serviços (educação, saúde etc.), seja do ponto de vista do foco de atuação (cidadania e direitos humanos), ou ainda, quanto aos processos de gestão.

A tabela V fornece um interessante panorama da evolução dos três primeiros Ciclos de Premiação em termos de distribuição das iniciativas inscritas entre as sete grandes áreas propostas pelo Programa.

TABELA V - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS INICIATIVAS INSCRITAS SEGUNDO AS GRANDES ÁREAS DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - CICLOS DE PREMIAÇÃO 1996, 1997 E 1998

ÁREAS DE GOVERNO	TOTAL		1996		1997		1998	
	n.a.	(em %)	n.a.	(em %)	n.a.	(em %)	n.a.	(em %)
Total	1.557	100,0	629	100,0	297	100,0	631	100,0
serviços públicos	682	43,8	280	44,5	144	48,5	258	40,9
cidadania e direitos humanos	325	20,9	103	16,4	51	17,2	171	27,1
administração e governo	214	13,7	108	17,2	28	9,4	78	12,4
desenvolvimento econômico e social	174	11,2	64	10,2	42	14,1	68	10,8
infra-estrutura e meio ambiente	147	9,4	65	10,3	31	10,4	51	8,1
judiciário	11	0,7	7	1,1	1	0,3	3	0,5
legislativo	4	0,3	2	0,3	--	--	2	0,3

Da mesma forma que nos anos anteriores, a área denominada "serviços públicos" recebeu o maior número de inscrições, mas sua participação este ano foi proporcionalmente menos expressiva que nos dois Ciclos anteriores. As subáreas de saúde e educação receberam, respectivamente 75 e 74 inscrições, destacando-se também "segurança pública e policiamento" (32) e "assistência social" (26). Cabe apontar que, frente à quase total ausência de iniciativas na área de segurança pública e policiamento nos dois primeiros Ciclos de Premiação, em 1998 foi realizado um esforço de divulgação direcionado a esta área, resultando no expressivo número de inscrições referido.

Já a área "cidadania e direitos humanos" foi a que apresentou crescimento mais significativo, recebendo em 1998 mais inscrições do que na soma dos Ciclos 1996 e 1997.

UM PRIMEIRO OLHAR SOBRE O CICLO DE PREMIAÇÃO 1998

Este resultado se deve, em grande parte, à ampliação do número de inscrições de iniciativas com foco na problemática da "criança e adolescente", que recebeu em 1998 nada menos que 98 inscrições, bem mais que as 77 iniciativas inscritas na soma dos dois anos anteriores. Foi expressivo também o número de inscrições de iniciativas com foco em questões relativas ao "deficiente" (30), ao "idoso" (16) e à "mulher" (11 inscrições). Por outro lado, permanece praticamente ausente a questão do "negro" (apenas uma iniciativa inscrita).

Mesmo apresentando crescimento expressivo em relação a 1997, a área "administração e governo" teve menos inscrições em 1998 do que em 1996. Chama atenção o fato de que, embora os programas nesta área tenham representado 12,4% do total de inscrições em 1998, entre os 100 indicados como semifinalistas esta mesma área teve participação mais expressiva (17%). Os destaques em termos de número de inscrições ficam para os programas, projetos ou atividades que trabalham questões relacionadas à "participação popular" (27 iniciativas inscritas), às "formas de gestão e planejamento" (23), aos "sistemas de informação" (13), além de "finanças e orçamento público" (6 inscrições).

A área "desenvolvimento econômico e social" teve em 1998 o número mais expressivo de inscrições na comparação com os dois Ciclos anteriores, ainda que, em termos relativos, sua participação no total de inscrições tenha diminuído quando a comparação é com 1997. Mas esta foi a área que, em relação à participação no total de inscrições (10,8%), apresentou "melhor desempenho" na fase de indicação dos semifinalistas, sendo responsável por 19,0% das iniciativas classificadas para esta etapa. Parte significativa das inscrições nesta área foi de iniciativas voltadas à "formação de mão-de-obra e geração de emprego e renda" (30 inscrições), "desenvolvimento regional e local em bases sustentáveis" (20), e "agropecuária e pesca" (9).

A área "infra-estrutura e meio ambiente" também recebeu em 1998 expressivo número de inscrições, mas a participação relativa foi menor do que nos dois Ciclos anteriores. Os destaques neste caso ficam por conta de "limpeza pública e sistemas de coleta, tratamento e destinação final do lixo" (22 iniciativas inscritas), "saneamento" (9), "preservação de ecossistemas e reflorestamento" (8) e "trânsito e vias públicas" (6 inscrições).

"Judiciário" e "Legislativo" são áreas que permanecem praticamente ausentes, ainda que em 1998 tenha sido realizado esforço de divulgação direcionado para estes setores, a

UM PRIMEIRO OLHAR SOBRE O CICLO DE PREMIAÇÃO 1998

exemplo do que aconteceu nas áreas de "segurança pública e policiamento" e junto às organizações próprias dos povos indígenas.

Buscou-se, com a apresentação dos dados aqui realizada, traçar um panorama geral das características observadas em relação ao Ciclo de Premiação 1998, o terceiro realizado pelo Programa **GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA**. Cabe alertar que as considerações aqui desenvolvidas necessitam, para adquirir cunho analítico mais rigoroso, de pesquisa mais aprofundada. Não foi esta a intenção do esforço aqui empreendido, mas antes apenas apresentar alguns dados que permitam uma primeira aproximação do conjunto de iniciativas recebidas neste ano, traçando-se algumas comparações com os dois Ciclos anteriores.

Bibliografia consultada

FARAH, Marta Ferreira Santos. "Que está mudando na gestão pública brasileira? Tendência sugeridas pelos programas inscritos". In: BELTRÃO, Ricardo Ernesto Vasquez (org.). *Cadernos Gestão Pública e Cidadania* (A administração pública brasileira inovando a forma de governar - Ciclo de Premiação 1996). São Paulo: EAESP-FGV, v.1, 1996, p.7-16.

FARAH, Marta Ferreira Santos & BELTRÃO, Ricardo Ernesto Vasquez. "Perfil dos programas inscritos em 1997". In: BELTRÃO, Ricardo Ernesto Vasquez (org.). *Cadernos Gestão Pública e Cidadania* (A administração pública brasileira inovando a forma de governar: apresentação dos 297 programas inscritos no Ciclo de Premiação 1997). São Paulo: EAESP-FGV, v.8, 1996, p.7-14.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Contagem Populacional - 1996*. Rio de Janeiro, IBGE, 1996.

SPINK, Peter Kevin; CLEMENTE, Roberta & KEPPKE, Rosane. Governo local: o mito e as novas práticas de governança. *Revista de Administração*. São Paulo, v.34, n.1, jan./mar.1999, p.61-9.

